

SANTO AGOSTINHO E OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO CRISTÃ.

OLIVEIRA, Terezinha (DFE/PPE/UEM - teleoliv@gmail.com)

VITORETTI, Regiani Aparecida (Unissa)

O objetivo desta comunicação é analisar a importância do conhecimento para a formação do cristão, no início do século V, a partir de considerações agostinianas presentes especialmente na obra *A Doutrina Cristã*. Uma das primeiras questões que nos chamam a atenção nesta obra é a forma como Santo Agostinho destaca a importância do conhecimento para a leitura da Bíblia.

Na atualidade, quando pensamos em religião, quando nos remetemos à interpretação dos escritos sagrados, sempre nos vem à mente a forma como a religião, em geral, é vista e praticada pelos fiéis nas suas mais diferentes igrejas e, comumente, transpomos as práticas do presente como únicas e iguais para todas as épocas históricas. Isto é mais verdadeiro ainda quando este olhar se volta para o início da sociedade medievá, nos séculos V e VI.

Em geral, pensamos que neste momento da história os homens da Igreja, os divulgadores da Igreja cristã e da doutrina cristã, eram fanáticos, imbuídos do espírito de conversão. Supõe-se que estavam preocupados somente em trazer todos os indivíduos para a crença de um deus único e, assim vencer, as demais crenças, fossem as mesmas oriundas do mundo romano ou dos costumes dos povos nômades que adentraram a região do antigo Império.

Na verdade, prevalecem nestes olhares ou uma interpretação simplista da história, cuja base é a de que tudo o que não pertence ao presente não tem uma validade social, ou o predomínio de um tempo linear, no qual as mudanças sociais não fazem parte do processo de construção e de desconstrução de relações sociais, mas que existiria uma continuidade em que as únicas coisas que se modificam são os homens que compõem os cenários da história. De antemão, antecipamos que nossa visão não se coaduna com nenhuma das duas concepções de homem e de sociedade. Ao contrário, buscamos ver na história de outros períodos, como os homens realizaram suas ações, compreenderam e resolveram seus conflitos e, acima de tudo, retomar, destas diferentes épocas, lições que possam nos ensinar a sermos antes de tudo, pessoas envolvidas com o nosso presente.

Exatamente por entender que o presente de cada época histórica é único e particular, por conseguinte, diz respeito somente àquele momento vivido, é que nos

aproximamos da obra de Agostinho e percebemos que o mesmo, legítimo representante dos ideários cristãos, apresentava antes de tudo um projeto para a sociedade de sua época e nele a educação era a condição primeira para a consolidação de sua proposta.

O ponto de partida de Agostinho é de que o cristão se forma a partir do momento em que se converte a religião; mais ainda, quando consegue entender e decodificar as mensagens contidas na sagrada escritura. Por conseguinte, a leitura e a compreensão destas escrituras é que torna um indivíduo um cristão. “A primeira observação a ser feita quanto a essa busca e empresa é, como já dissemos, tomar conhecimento dos Livros santos. Se, a princípio, não se conseguir apreender o sentido todo, pelo menos fazer a leitura e confiar à memória as santas palavras” (Agostinho, Liv. II, cap. 9, p. 98). Assim, a linguagem e a interpretação do texto bíblico são condições para conversão. Na verdade, santo Agostinho apresenta diversos aspectos que são elementos essenciais para se compreender as palavras contidas nas Escrituras e, portanto, para se tornar um cristão. A nosso ver, apresenta de fato um roteiro de como se deve proceder para aprender.

Ao apresentar um roteiro de como se tornar cristão, Santo Agostinho nos brinda com um verdadeiro programa de estudos, necessários, em nosso entender, para qualquer aprendizagem e que independe da época que vá se fazer este estudo. O autor destaca a importância da linguagem, do conhecimento da escrita, portanto, das letras, da necessidade de se conhecer o cálculo, de se entender a música, de se conhecer as instituições nas quais e para quais se realizam determinados estudos, da importância de se conhecer a língua na qual se vai realizar o estudo. Dentro deste aspecto destaca o cuidado que se deve ter em relação às traduções. Por fim, apresenta como condição essencial o exercício da memória como condição para se preservar o conhecimento. Diga-se de passagem, os momentos da aprendizagem salientados por Agostinho estão pautados nas sete artes liberais (trivium e quadrivium) e constituem, se assim podemos afirmar, a base do currículo que acompanha o processo de ensino medieval. Não é gratuito que ele seja considerado o principal teórico cristão até fins do século XII e início do XIII.

Principiemos pelo que Agostinho discorre acerca da linguagem. Do seu ponto de vista, a linguagem implica necessariamente no ato de ensinar ou o de aprender.

Agostinho
Que te parece que pretendemos fazer quando falamos?

Adeodato

Pelo que de momento me ocorre, ou ensinar ou aprender.

Agostinho

Mas, então, de que maneira pensas que se possa aprender, senão perguntando?

Agostinho

Ainda neste caso, creio que só uma coisa queremos: ensinar. Pois, dize-me interrogas por outro motivo a não ser para ensinar o queres àquele a quem perguntas?

Adeodato

Dizes a verdade.

[...]

Agostinho

Há todavia, creio, certa maneira de ensinar pela recordação, maneira sem dúvida valiosa, como se demonstrará nesta nossa conversação. Mas, se tu pensas que não aprendemos quando recordamos ou que não ensina aquele que recorda, eu não me oponho; e desde já declaro que o fim da palavra é duplo: ou para ensinar ou para suscitar recordações nos outros ou em nós mesmos; [...] (AGOSTINHO, 1973, p. 323).

A questão que se coloca para santo Agostinho é de que pela palavra se ensina e se aprende, pois a linguagem é o principal caminho para a comunicação entre os homens. Pela palavra os homens podem se lembrar do que são, do que aprenderam e como aprenderam. Não podemos nos esquecer do contexto histórico vivido pelo autor. Diante da ruína do Império romano e das incursões nômades, o povo que Agostinho precisa converter ao cristianismo é um povo eminentemente ágrafo. Precisamente por isso destaca a importância da linguagem e da recordação/memória uma vez que é necessário, constantemente, pela linguagem, recordar as normas de comportamento, as leis e os ensinamentos da Sagrada Escritura.

Tendo então adquirido certa familiaridade com a linguagem das divinas Escrituras, devemos prosseguir examinando as passagens obscuras em vista de as esclarecer e explicar. Chega-se lá tomando exemplos de textos mais claros. [...] Em todo esse trabalho, a memória é de grande valor, pois, se ela faltar, não serão os preceitos que a poderão despertar (Agostinho, Liv. II, cap. 9, p. 99)

A memória, especialmente a oral, é a forma de os homens preservarem seus conhecimentos e a própria palavra sagrada. Neste sentido, a linguagem e a memória se constituem em requisitos básicos para a conversão ao cristianismo. Contudo, estas qualidades, se assim podemos nos expressar, são inatas ao homem, ou seja, eles já nascem com a linguagem e com a capacidade de conservação, por meio da recordação, das lembranças que o tornam pertencente a uma dada comunidade. Ao menos em tese, isto é um fato dado historicamente.

Contudo, embora as pessoas já nasçam com estas duas faculdades naturais, que se constituem em pré-requisitos para a aprendizagem, elas não são suficientes para que os nômades e o povo romano pudessem se converter ao cristianismo. Era preciso que os mesmos desenvolvessem outros instrumentos/habilidades cognitivas que lhes permitissem aprender a interpretar as mensagens contidas nos escritos sagrados. É, pois, a partir, desta necessidade de interpretar os sinais presentes na linguagem bíblica que santo Agostinho propõe o programa de ensino apresentado na *Doutrina Cristã*.

Ora, há duas causas da incompreensão do texto da Escritura. A verdade encontra-se oculta por signos desconhecidos ou por signos de sentido figurado. Com efeito, os signos são ou próprios ou figurados. São chamados próprios quando empregados para designar os objetos para os quais foram convencionados. Por exemplo, dizemos: boi e por essa palavra entenderemos que se alude ao pregador do evangelho, conforme o deu a entender a Escritura na interpretação do Apóstolo, que disse: “Não amordaçarás o boi que tritura o grão” (1 Cor 9,9) (Agostinho, Liv. II, cap. 10, p. 99).

Duas situações são apontadas por santo Agostinho na passagem acima que impediriam a decodificação dos sinais que expressam as palavras nas Escrituras Sagradas. Em primeiro lugar, o fato de as pessoas não conhecerem o sentido próprio de cada um dos sinais das palavras escritas. O segundo diz respeito ao fato de que, freqüentemente, as passagens bíblicas possuem um sentido figurado que exige do leitor uma interpretação da parábola. Nestas duas situações, o indivíduo precisa saber decifrar os sinais para compreender a mensagem cristã. Eis uma das maiores dificuldades encontradas para a conversão do povo ao cristianismo.

Uma outra dificuldade apresentada por santo Agostinho, ainda no âmbito da primeira decodificação dos sinais da escritura, diz respeito à confiabilidade das traduções. Como existia, segundo ele, uma infinidade de traduções da Bíblia para o latim, a grande questão era identificar a que fosse mais próxima da original. Para sanar esta grande dificuldade para se entender as escrituras sagradas, santo Agostinho propõe que as pessoas conheçam as línguas nas quais os textos foram escritos, pois isso impediria falsas e equivocadas interpretações.

Para combater a ignorância dos signos próprios, o grande remédio é o conhecimento das línguas. Os conhecedores da língua latina, a quem pretendemos instruir neste momento, necessitam, para chegar a conhecer a fundo as divinas Escrituras, de duas outras línguas, a saber, o grego e o hebraico. Elas lhe permitirão recorrer aos exemplares mais antigos, no caso em que a infinita variedade das traduções latinas lhes traga alguma dúvida.

[...] De fato, existem palavras de certas línguas que não podem ser traduzidas com significado adequado para outro idioma. Isso acontece sobretudo com as interjeições que exprimem mais movimento da alma do que parcela de pensamento racional. Eis o sentido atribuído às expressões acima citadas: *raça* é grito de indignação e *hosana* grito de alegria.

Mas não é por esse pequeno número de termos, cujo sentido é fácil ser notado e investigado, mas pela discrepância das traduções, que é preciso conhecer as línguas como já foi dito acima (Agostinho, Liv. II, cap. 11, p. 100).

As observações de santo Agostinho são muito importantes, pois na medida em que o leitor das escrituras não conhece o sentido real dos sinais pelos quais precisa entender e interpretar as palavras sagradas, ele pode, perfeitamente, ser enganado por uma tradução que não corresponda ao verdadeiro sentido daqueles sinais. Daí a necessidade de conhecer as línguas nas quais os escritos sagrados foram expressos.

Ainda acerca das traduções santo Agostinho chama a atenção para o fato de que as traduções não podem seguir modismos, mas serem fiéis ao sentido primeiro do texto. Aliás, propõe que o tradutor que pretenda possibilitar o entendimento dos sinais que está traduzindo que use uma linguagem simples capaz de ser entendida pelo leitor e interprete de seu texto.

Muitas vezes, não se traduzem palavras, mas ainda modismos que de modo algum podem ser traduzidos tais quais, para o latim, caso se queira conservar o costume dos antigos oradores latinos. Tais construções, por vezes, são traduzidas de modo a não ser mudado o sentido, mas ofendem o ouvido dos que se deleitam mais na observação da integridade própria de cada signo. Solecismo é justamente combinar as palavras sem aquela norma com a qual as combinaram os nossos antecessores, quando falavam a nossa língua com autoridade.

Assim, por exemplo, àquele que procura o real conhecimento das coisas, nada interessava que se diga *inter homines* ou *inter hominibus*. E o que vem a ser um barbarismo, a não ser o fato de escrever uma palavra com outras palavras ou pronunciá-las de modo diferente do que as escreveram ou pronunciaram os que antes de nós falaram latim? Quem pede perdão de seus pecados a Deus pouco se preocupa como soa a palavra *ignoscere* (perdoar), se a penúltima com e longo, ou e breve.(Agostinho, Liv. II, cap. 13, p. 104 – Grifo nosso).

A questão que se coloca no século V para santo Agostinho era que os homens apreendessem o sentido da linguagem na qual encontravam as palavras sagradas. Exatamente por isso faz-se necessário que as palavras dos tradutores possibilitem esta interpretação. Não se trata, portanto, da beleza da linguagem, mas da sua simplicidade. O tradutor, como sugere o autor, precisa ter uma linguagem simples e fácil de ser entendida pela comunidade daqueles que estavam se tornando cristãos. Na verdade, em uma sociedade em ruína como o presente vivenciado por Agostinho é preciso antes de tudo que se permita a decodificação dos sinais e, por conseguinte,

que estes sinais se tornem signos compreensíveis aos mais simples. Assim, pouco adiantaria uma tradução rebuscada e pautada no “modismo” da linguagem se isso não permitisse a compreensão da palavra sagrada.

Após destacar as questões referentes à linguagem, à memória e às traduções, ou seja, aos temas referentes aos sinais, aos signos e à razão, Agostinho passa a salientar quais eram os demais conhecimentos necessários aos homens para que os mesmos consigam interpretar as palavras sagradas.

Em primeiro lugar ressalta a importância de se conhecer os elementos da natureza, os animais, as pedras, pois em diversos momentos da Bíblia as parábolas remetem-se aos animais para explicar um determinado comportamento humano. Logo, se não conhece estes animais e seu habitat, como identificar o sentido da mensagem? Por isso santo Agostinho propõe que os homens não sejam ignorantes a respeito das “ciências” da natureza.

A ignorância da natureza das coisas dificulta a interpretação das expressões figuradas, quando estas se referem aos animais, pedras ou outros seres citados freqüentemente nas Escrituras e servindo como objeto de comparações.

Ser-nos-á fácil compreender porque o ramo de oliveira, trazido pela pomba em seu regresso à arca (Gn 8, 11) simboliza a paz perpetua, ao estudarmos que o contato untuoso do óleo não pode facilmente ser alterado por líquido estranho e que a própria árvore da oliveira está sempre coberta de folhas.

Muitos, por não conhecerem o hissopo, nem a virtude que ele possui de purificar os pulmões pelo fato de se enraizar nas rochas e ser erva miúda e rasteira, são incapazes de compreender por que está dito: “Tu me borrifarás com o hissopo, e serei purificado” (Sl 51,9) (Agostinho, Liv. II. cap. 17, p. 111-112).

É preciso, pois conhecer as propriedades dos elementos da natureza para se entender o sentido de um determinado argumento presente na Bíblia. A passagem acima é elucidativa a este respeito porque demonstra que os escritos sagrados buscavam nos elementos materiais da natureza, como a árvore da oliveira, a erva do hissopo, para explicitar o sentido da mensagem presente na linguagem bíblica. Se os indivíduos não os conhecem não saberão o sentido das palavras. Por conseguinte, não saberão interpretar a mensagem divina. Apenas lêem, mas não decodificam os signos.

A mesma máxima Agostinho transpõe para o conhecimento da matemática. Para se entender o escrito sagrado também é necessário conhecer o sentido do cálculo. De nada adianta ler uma determinada passagem da Bíblia que se expressa por números se não se conhece o sentido deles.

A ignorância dos números também impede compreender quantidade de expressões empregadas nas Escrituras sob a forma figurada e simbólica.

Certamente, um espírito bem nascido sente-se levado a se perguntar o significado do fato de Moisés, Elias e o Senhor terem jejuado por quarenta dias (Ex 24, 18; 1Rs 19, 8; Mt 4,2). Ora, esse acontecimento propõe um problema simbólico que só é resolvido por exame atento desse número. Compreende o número 40 quatro vezes 10 e, por aí, como que envolve o conhecimento de todas as coisas incluídas no tempo. Pois é num ritmo quaternário que prossegue o curso do dia e do ano. Divide-se o dia em espaços horários da manhã, do meio-dia, da tarde e da noite. O ano estende-se nos meses da primavera, do verão, do outono e do inverno. [...] Por outro lado, o número 10 simboliza o conhecimento do Criador e da criatura, pois 3 designa a Trindade do Criador e 7, a criatura, considerada em sua alma e em corpo. Com efeito, na alma, há três movimentos que levam a amar a Deus de todo o coração, de toda a alma e de todo o espírito (Mt 22, 37). E no corpo, estão bem manifestos os quatro elementos que os constituem. Conseqüentemente, este número denário move-nos à cadência do tempo. Isto é, voltando quatro vezes, adverte-nos para vivermos na castidade e na continência, desapegados dos deleites temporais, e prescreve-nos jejuar quarenta dias (Agostinho, Liv. II. cap. 17, p. 112-113).

Para santo Agostinho, entender o sentido de se jejuar quarenta dias, de se vincular estes quarenta dias às quatro estações do ano, entender o sentido ternário (trino) da existência divina, é condição para se decodificar as palavras da sagrada escritura. Mas somente se consegue isso se souber os cálculos matemáticos presentes nos números.¹

Esta necessidade de se conhecer os cálculos também aparece quando se trata dos símbolos.

Eis alguns exemplos: a letra X, que se escreve em forma de cruz, tem valor entre os latinos (vale 10), e outro distinto entre os gregos (vale 600). Isso não por sua própria natureza, mas pelo querer e consentimento dos que lhe assinalaram tal significado. Portanto, quem conhece as duas línguas, se quiser dar a entender algo a um grego, não usará a letra X com a mesma significação que a usaria se escrevendo a um latino. E também, a palavra *beta* possui um só som, mas para os gregos é o nome de uma letra, enquanto para os latinos é o de um legume. E do mesmo modo, quando digo *lege*, uma coisa entende o grego com essas duas sílabas e outra o latino.

Logo, todas essas significações movem os ânimos conforme a convenção dada pela sociedade de cada um. E por ser diversas a convenção, elas motivam

¹ Segundo Agostinho, esta mesma exigência de se conhecer o cálculo faz-se presente em relação a música. Os homens também ter noções mínimas de música para se entender as mensagens contidas nas sagradas escrituras. “A ignorância de certas noções musicais é, em numerosas passagens das Escrituras, barreira e véu. De fato, estudando a diferença entre o saltério e a citara, um autor explicou engenhosa certos símbolos. E entre os doutos, não é disputa fora de propósito indagar se há alguma lei musical que obrigue o saltério constar de dez cordas, esse tão grande número de cordas! Ora, na ausência dessa lei, é preciso reconhecer nesse número dez significado mais misterioso, relacionado, seja com os dez preceitos que se referem ao Criador e à criatura, seja com as considerações que expusemos acima, sobre o número denário” (Agostinho, Liv. II. cap. 17, p. 114).

diversamente. E note-se que os homens não movem porque esses sinais tenham valor de significação, mas porque foram eles próprios que lho deram. Na verdade, os sinais não valem senão em razão desse assentimento (Agostinho, Liv. II. cap. 25, p. 124-125).

De acordo com o autor, os mesmos sinais podem significar coisas diferentes entre uma dada comunidade e outra, não existindo, assim, uma uniformidade ou um padrão eterno. Ao contrário, cada sinal ou signo se altera de acordo com o sentido que os homens lhes dão em virtude das suas convenções sociais. Um mesmo sinal pode ter sentido muito diferente entre os gregos e os latinos. Em função disso é preciso conhecer também as relações sociais e as convenções existentes nas sociedades para se entender e interpretar os códigos de linguagem de cada povo. Em última instância, é necessário conhecer a história desses povos para entender o sentido que deram para os sinais. Não é suficiente, portanto, conhecer os sinais somente no tempo presente para entender as mensagens, mas é preciso entender as relações sociais do momento presente em que estes sinais foram escritos para que se possa interpretar claramente uma mensagem.

Desse modo, para que se entenda uma dada mensagem é preciso conhecer a história de quem a escreveu; como eram as convenções sociais da comunidade à qual pertenciam aqueles que transmitiram aqueles signos. A estas diversas naturezas de situações santo Agostinho chama de instituições humanas, porque são relações estabelecidas para e pelo homem.

Há, [...] instituições estabelecidas entre os homens que são vantajosas e necessárias. Por exemplo, as vestes e os adornos, visando a distinguir os sexos e as dignidades.

Também se contam entre as instituições válidas, todas as inúmeras categorias de signos expressivos sem os quais a sociedade humana não poderia em absoluto, ou dificilmente, ter relacionamento social. Acrescentemos os signos próprios a cada cidade e povo, em tudo o que se refere a pesos e medidas, e às efígies e o das moedas, e ainda a tantas outras convenções desse gênero que se não tivessem sido estabelecidas pelos homens não seriam variadas nos diferentes povos e nações e mudadas ao arbítrio de seus chefes.

Toda essa parte de instituições humanas que são convenientes para as necessidades da vida, os cristãos não têm razão alguma para evitá-las. Eles devem, bem ao contrário, à medida de suas precisões, dedicar-se a seu cumprimento e aprende-las de memória (Agostinho, Liv. II. cap.26, p. 126-127).

Nelas, santo Agostinho coloca desde os costumes referentes às roupas até as relações comerciais, as moedas existentes entre os homens. Ou seja, para se discutir e entender as passagens das escrituras sagradas e o contexto em que estas passagens

foram escritas é preciso conhecer tudo, especialmente “os signos das letras, sem os quais nos é impossível ler. (Agostinho, Liv. II. cap. 27, p. 17, p.127).

Assim, para santo Agostinho a leitura, a matemática, a natureza, a música, o conhecimento das línguas e a memória tornam-se condição primeira para a conversão do cristão. O cristão deve ser antes de tudo um ser que consegue entender e interpretar os escritos sagrados pelo conhecimento e não somente pela fé. O cristão também deve entender as relações sociais de cada tempo presente vivido pelos homens, pois são elas que imprimem os signos do conhecimento. É exatamente por isso que o autor chama a atenção para as mudanças que ocorrem de uma dada sociedade para outra.

Para finalizarmos a nossa breve consideração sobre o que convencionamos chamar de programa de estudos para o cristão, destacamos dois aspectos para a conversão do cristão que nos são extremamente relevantes nos dias de hoje.

Em primeiro lugar, santo Agostinho não quer um cristão que não sabe de fato o motivo por que assumiu esta crença. Dito de outro modo, não quer um ser que apenas aceita, mas um que conhece e fez sua opção de modo consciente. Sob este aspecto, o conhecimento torna-se o elemento essencial do cristianismo. Em suma, o autor não pretende converter uma pessoa que não saiba o sentido da leitura, da escrita, da interpretação, do cálculo, dos signos, das línguas, das convenções sociais, ou seja, não quer, na linguagem contemporânea, um alienado. Ser cristão, portanto, é ser alguém esclarecido.

Em segundo lugar e em consequência do primeiro, o conhecimento que santo Agostinho propõe ao cristão é aquele produzido pelos homens ao longo da história. Não se trata, portanto, de criar um saber novo, que responda aos interesses do momento cristão, mas aquele que a humanidade já consolidou em suas diferentes experiências e sociedades. Trata-se de apropriar-se dos saberes que os homens cultivaram. É com este propósito que retoma a matemática de Euclides, o filosofar de Platão, as leis gregas. Importa a ele apresentar uma doutrina nova (a religião cristã), mas as bases desta doutrina já foram postas antes, por outros homens do passado. Exatamente por isso retoma sempre a importância da memória como condição para ser cristão. A lembrança dos conhecimentos antigos é a condição para o conhecimento presente, portanto, para a conversão. Em síntese, o programa agostiniano tem como finalidade ensinar as palavras sagradas, mas para se conhecê-las e interpretá-las é necessário conhecer o saber produzido pelos homens ao longo da sua história. A

história e as ciências produzidas pelo homem tornam-se instrumentos vitais para a conversão. Santo Agostinho não abandona os homens e nem o conhecimento para apresentar o seu Deus único.

REFERÊNCIAS

SANTO AGOSTINHO, De Magistro. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SANTO AGOSTINHO, *O Livre-Arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995.

SANTO AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*. Petrópolis: Vozes, 1990.

SANTO AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*. São Paulo: Paulus, 2002.